# Análise das compras da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no estado de São Paulo

## *Analysis of purchases from family farmers by the National School Feeding Program (PNAE) in the state of São Paulo*

**Regina Aparecida Leite de Camargo**
UNESP. Jaboticabal, SP, Brasil
**João Paulo Galvão Travassos Souza**
UNESP. Jaboticabal, SP, Brasil
**Julia Stefani Souza**
UNESP. Jaboticabal, SP, Brasil

**GT 05 - Agricultura familiar, ruralidades e relações de gênero no meio rural**

**Resumo**: O artigo reflete os primeiros resultados de um projeto de Iniciação Científica que tem por objetivo geral realizar um levantamento da execução do Artigo 14 da Lei 11.947/2009, que regularizou o PNAE, através dos dados de prestação de contas das prefeituras do estado de São Paulo no ano de 2022. Em particular, a pesquisa busca identificar se existe uma relação entre o percentual comprado da agricultura familiar pelo PNAE e o tamanho populacional do município e entre o percentual comprado da agricultura familiar pelo PNAE e a maior ou menos presença de agricultores familiares no município ou na região. Para tanto, a pesquisa utiliza dados do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC) do FNDE, do Censo Agropecuário de 2017 e da Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios (CODEAGRO) do estado de São Paulo. Até agora, os dados encontrados não indicam uma relação significativa entre as variáveis mencionadas acima
**Palavras-chave: Compras públicas, segurança alimentar, políticas públicas**

**Abstract**: This article reflects the initial results of an undergraduate research project whose general objective is to conduct a survey of the implementation of Article 14 of Law 11.947/2009, which regulated the National School Feeding Program (PNAE), using accountability data from municipalities in the state of São Paulo in the year 2022. Specifically, the research seeks to identify whether there is a relationship between the percentage of purchases from family farming by the PNAE and the population size of the municipality, and between the percentage of purchases from family farming by the PNAE and the greater or lesser presence of family farmers in the municipality or region. To this end, the research uses data from the FNDE's Accountability Management System (SIGPC), the 2017 Agricultural Census, and the Agribusiness Development Coordination (CODEAGRO) of the state of São Paulo. So far, the data found do not indicate a significant relationship between the variables mentioned
**Keywords:** Public procurement, food security, public policies

## 1. Introdução

Os atuais programas de compras institucionais da agricultura familiar: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), de 2003, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), de 2009, e o Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS), de 2011, foram desenhados com carácter intersetorial e objetivos que mesclam o fortalecimento da agricultura familiar, através do acesso aos mercados institucionais, com o combate da insegurança alimentar das próprias famílias produtoras e dos destinatários da sua produção. Em 2009 a Lei nº 11.947/2009 reformulou o PNAE e incluiu no seu Artigo 14 a obrigatoriedade do gasto de pelo menos 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para as prefeituras municipais, com a compra de produtos da agricultura

familiar via chamada pública. A partir de janeiro de 2026, a Lei nº 15.226 ampliou esse percentual para 45%.

Levantar dados sobre a participação da agricultura familiar paulista em programas de políticas públicas é importante porque o grande avanço do capital financeiro e produtivo no campo não eliminou as formas familiares de produção. Nas diferentes regiões do estado é possível encontrar representantes dos agricultores familiares tradicionais, assentados da reforma agrária, quilombolas, ribeirinhos, indígenas, enfim, toda diversidade e heterogeneidade que caracteriza a agricultura familiar e constitui parte da sua riqueza. Fazem parte dos objetivos da pesquisa, identificar se existe uma relação entre o percentual comprado da agricultura familiar pelo PNAE e o tamanho populacional do município e entre o percentual comprado da agricultura familiar pelo PNAE e a maior ou menor presença de agricultores familiares no município ou na região.

**2. Revisão da Literatura**

Pesquisas de Baccarin et al (2017) e Fonseca et al (2024) atestam que a grande maioria das prefeituras do estado de São Paulo cumpre o que determina o Artigo 14 da Lei nº 11.947, com compras da agricultura familiar acima de 30% dos recursos repassados FNDE. Embora a Lei não determine que as aquisições devam ocorrer exclusivamente das organizações da agricultura familiar, estudos têm demonstrado ser esse geralmente o caso (CAMARGO et al., 2021; BACCARIN et al. 2017). A compra individual é mais comum quando se trata de produtores com características específicas, como, por exemplo, produtores com certificação de orgânicos em organizações onde os demais produtores não são orgânicos.

A participação dos agricultores no PNAE pode estar condicionada por diversos fatores, como a adequação entre o que é pedido no edital lançado pela prefeitura via chamada pública e o que possível produzir, o cronograma e pontos de entrega das mercadorias, o grau de processamento exigido (TRICHES et. al, 2019) Quando a prefeitura opta por comprar de produtores de outras regiões ou outros estados, embora esteja cumprindo a legislação, não atende um dos principais objetivos do programa que é o fortalecimento da agricultura familiar local e a promoção de circuitos curtos e locais de comercialização.

A presente pesquisa vai analisar as compras municipais de 139 municípios do estado de São Paulo no ano de 2022, que é o mais recente com dados publicados no SIGPC/FNDE dos recursos repassados para os municípios e gastos por eles com compras da agricultura familiar para a alimentação escolar

**3. Metodologia**

O projeto trata-se de uma pesquisa exploratória, de caráter quantitativo e geoespacial, que está sendo desenvolvida junto a uma amostra estratificada do universo formado pelos 645 municípios do estado de São Paulo. A seleção dos municípios foi realizada com base em dois critérios: a sua representatividade populacional e a maior ou menor presença de produtores familiares no município. A escolha dos municípios abrangeu as 14 regiões administrativas do estado de São Paulo, para garantir uma boa representatividade. Como pode ser observado no primeiro levantamento, 42 % dos municípios paulistas possuem menos de 10.000 habitantes.

Para o levantamento de dados, estão sendo consultadas as seguintes fontes: SIGPC/FNDE para dados sobre a execução financeira do PNAE, incluindo valores totais repassados, os montantes destinados às compras da agricultura familiar, os valores efetivamente gastos com essas compras e de quem os produtos foram comprados por município no ano de 2022 (último ano com dados disponíveis); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Coleta de dados populacionais municipais (Censo Demográfico 2022 ou estimativas anuais); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo agropecuário de 2017 – número de agricultores familiares por município; e a Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios (Codeagro) - organizações familiares presentes no município.

**4. Resultados Iniciais**

A seguir serão apresentados os dados para municípios pequenos, com população entre 10 e 20 mil habitantes, e municípios médios, com população entre 100 e 300 mil habitantes. Com o prosseguimento da pesquisa e a inclusão de mais municípios, será possível demonstrar se o tamanho do município e a maior ou menos presença de agricultores familiares e suas organizações influenciam a porcentagem comprada da agricultura familiar com os recursos do FNDE.

Tabela 1 – Compras de PNAE em município com população de 10 a 20 mil habitantes

| Município | % AF | Organizações SIGPC | Organizações Codeagro | % compra da AF |
|---|---|---|---|---|
| Eldorado | 62,77 | 2 | 5 | 2,80 |
| Severínia | 60,44 | 10 | Sem dados | 45,47 |
| Cafelândia | 33,33 | 1 | 2 | 3,02 |
| Joanópolis | 64,88 | 9 | Sem dados | 12,09 |
| Borborema | 55,45 | 2 | 1 | 93,39 |
| Ipuã | 45,45 | 1 | Sem dados | 21,12 |
| Panorama | 45,67 | 1 | Sem dados | 20,89 |
| Uchoa | 73,16 | 1 | Sem dados | 58,93 |
| Cesário Lange | 51,28 | 5 | Sem dados | 22,63 |

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE, SIGPC e Codeagro

Como pode ser observado nessa faixa populacional, os municípios de Eldorado e Cafelândia, o primeiro com perto de 63% dos estabelecimentos agropecuários considerados familiares no censo de 2017, gastaram menos de 5% dos fundos repassados pelo FNDE com compras da agricultura familiar, enquanto o município de Borborema comprou mais de 93% dos produtos da alimentação escolar da agricultura familiar.

Tabela 2 – Compras de PNAE em município com população de 100 a 300 mil habitantes

| Município | % AF | Organizações SIGPC | Organizações Codeagro | % compra da AF |
|---|---|---|---|---|
| Barretos | 67,26 | 2 | 4 | 98,57 |
| Bragança Paulista | 61,08 | 4 | 1 | 96,95 |
| Presidente Prudente | 44,44 | 4 | 6 | 46,57 |
| Pindamonhangaba | 73,45 | 2 | 1 | 22,34 |
| Salto | 54,55 | 4 | Sem dados | 30,76 |

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE, SIGPC e Codeagro

Nessa faixa populacional tampouco parece haver uma relação direta entre a porcentagem comprada da agricultura familiar e a maior ou menor presença de produtores familiares no município, como no caso de Pindamonhangaba.

## 5. Considerações finais

O estudo da implementação de políticas públicas no local onde devem causar impacto – no caso do PNAE, nas compras públicas de agricultores familiares localizados, de preferência, no próprio município, pode ser uma ferramenta importante para aprimorar a o desempenho dessas políticas, e garantir a inclusão. Por enquanto, a pesquisa em curso não demonstrou que a maior aproximação entre administração pública e produtores familiares, que poderia ser esperada em municípios de pequeno porte, garante uma maior participação nas compras para a alimentação escolar.

## Referências

BACCARIN, J. G., et al. - Compras Institucionais de Produtos de Agricultores Familiares para Alimentação Escolar no estado de São Paulo sob a vigência da Lei Federal 11.947/20091. GEOGRAFIA, Rio Claro, vol. 42, nº 2, agosto de 2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário de 2017

BRASIL. FNDE. Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC). Disponível em: https://www.fnde.gov.br/sigpcadm/sistema.pu?operation=localizar. Acesso em abril de 2026

CAMARGO, R. A. L. DE; SOUZA-ESQUERDO, V. F; BORSATTO, R. S. Compras públicas estaduais na formação de sistemas agroalimentares locais. RAIZES (UFPB), v. 41, 2021.

FONSECA, A.E; BACCARIN, J.G; OLIVEIRA, J.A. Territórios, políticas públicas e circuitos curtos: redes de comercialização da agricultura familiar para alimentação escolar na região de Ribeirão Preto, São Paulo. GEOGRAFIA, Rio Claro-SP, v. 49, n. 1, 2024.

TRICHES, R. M; SIMONETTI, M. G; PEREZ-CASSARINO, J; BACCARIN, J. G; TEO, C. R. P. A. Condicionantes e limitantes na aquisição de produtos da agricultura familiar pelo Programa de Alimentação Escolar no estado do Paraná. REDES (SANTA CRUZ DO SUL. ONLINE), v. 24, p. 118-137, 2019.